

O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL:

DINÂMICAS DE UMA INTERVENÇÃO POLÍTICA^[1]

Ana Alice Alcantara Costa

Resumo

Este trabalho busco dar conta dessas mudanças, das novas demandas, dos novos enfrentamentos, das contradições vivenciadas nos últimos trinta anos pelo feminismo brasileiro enquanto um movimento social. Parte-se do princípio de que o movimento feminista brasileiro, não acontece isolado, alheio ao contexto mundial e por isso se estabelece aqui, laços e relações com o feminismo latino-americano e com as novas dinâmicas hoje, presentes em contextos mais amplos, supranacionais. Refletir sobre as lutas, as novas dinâmicas e desafios do movimento feminista no Brasil é o objetivo central deste trabalho.

Palavras-chave: feminismo, movimento social, dinâmica

É comum ouvir entre amigos (geralmente em uma mesa de bar), ou nos meios de comunicação brasileiros, que o movimento feminista acabou. Acredito que essa é também uma afirmação comum em muitos outros países, em especial da América Latina. Eu sempre respondo: o feminismo enquanto movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão atuante como nesse início de século, de milênio. Talvez tenha mudado de cara, já não “queima sutiã”, raramente faz passeata e panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado.

O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 60, 70, até mesmo 80 e 90. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz.

Neste trabalho, busco dar conta dessas mudanças, das novas demandas, dos novos enfrentamentos, das contradições vivenciadas nos últimos trinta anos pelo feminismo brasileiro enquanto um movimento social. Parto do princípio de que o movimento feminista brasileiro, não acontece isolado, alheio ao contexto mundial e por isso estabeleço laços e relações com o feminismo latino-americano e com as novas dinâmicas hoje, presentes em contextos mais amplos, supranacionais. Refletir sobre as lutas, as novas dinâmicas e desafios do movimento feminista no Brasil é o objetivo central que aqui me proponho.

O feminismo ressurgiu no contexto dos movimentos contestatórios dos anos 60, em torno da afirmação de que o “ *pessoal é político*”, pensado não apenas como uma bandeira de luta mobilizadora, mas como um questionamento profundo dos parâmetros conceituais do político. Vai, portanto, romper com os limites do conceito de **político**, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem. Isto é, no campo da **política** que é entendida aqui como o uso limitado do poder social. Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo tráz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. O movimento resignificou o poder político e a forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder a as formas em que é exercido. Distingue-se dos outros movimentos de mulheres por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas (Alvarez,1990:23).

Esse momento do feminismo nasce na América Latina nos anos 70 em meio ao autoritarismo e a repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias. Surge como consequência da

resistência das mulheres à ditadura militar, por conseguinte, intrinsecamente ligado aos movimentos de oposição que lhe deram uma especificidade determinante, sob o impacto do movimento feminista internacional e como conseqüência do processo de modernização que implicou em uma maior incorporação das mulheres no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional.

Álvares destaca nesse processo de transição o intenso labor que as feministas enfrentaram ao serem obrigadas constantemente a lidar com a discriminação, a repensar sua relação com os partidos políticos dominados pelos homens, com a igreja progressista, com um Estado patriarcal, capitalista e racista (Alvarez, 1994:232).Essa experiência teve como conseqüência as múltiplas tensões que caracterizaram as vezes tortuosas relações do feminismo brasileiro com a esquerda, com os setores progressistas da Igreja Católica em vários momentos da luta política. Essa tensão não foi uma especificidade do feminismo brasileiro, a consciência feminista latino-americana foi alimentada pelas múltiplas contradições experimentadas pelas mulheres atuantes nos movimentos guerrilheiros ou nas organizações políticas, por aquelas que foram obrigadas a exilar-se, que participaram do movimento estudantil, das organizações acadêmicas politizadas e dos partidos políticos progressistas.

Apesar das feministas latino-americanas romperem com as organizações de esquerdas em termos organizativos, mantiveram seus vínculos ideológicos e seu compromisso com uma mudança radical das relações sociais de produção, ao tempo que continuavam lutando contra o sexismo dentro da esquerda (Sternbach et al., 1994:74)

. Esta prática as distinguiam do feminismo europeu e norte-americano, dando-lhes como característica especial o interesse em promover um projeto mais amplo de reforma social dentro do qual se realizavam os direitos da mulher e formas organizativas que possibilitavam o envolvimento de setores populares (Molyneux. 2003: 269).

Em 1975, como parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas foram realizadas

várias atividades públicas em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, reunindo mulheres interessadas em discutir a condição feminina em nossa sociedade, a luz das propostas do “novo” movimento feminista que neste momento se desenvolvia na Europa e Estados Unidos. O patrocínio da ONU e um clima de relativa distensão política do regime permitiam as mulheres organizarem-se publicamente por primeira vez desde as mobilizações dos anos 1967-68 ([1] Costa e Sardenberg, 1994a: 103.).

A partir daí surgem novos grupos de mulheres em todo o país, nos quais o princípio da autonomia foi um dos pontos de controvérsias no enfrentamento, inevitável, com os grupos políticos e, em particular, com as organizações de esquerda. Ainda em 1975 é criado o jornal *Brasil Mulher* em Londrina, no Estado do Paraná, ligado ao Movimento Feminino pela Anistia[2]. Já no começo de 1976, surge o *Nós Mulheres* que desde seu primeiro número é auto-identificado como feminista[3].

Nos anos seguintes o movimento social de resistência ao regime militar seguiu ampliando-se, novos movimentos de liberação se uniram as feministas para proclamar seus direitos específicos dentro da luta geral, a exemplo dos negros, os homossexuais. Muitos grupos populares de mulheres vinculadas às associações de moradores, clubes de mães, começaram a focar temas ligados a especificidades de gênero, tais como creches, trabalho doméstico. O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assume novas bandeiras como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher, a sexualidade.

A questão da autonomia foi um eixo conflitante e definidor do feminismo nos anos 70. Uma autonomia em termos organizativos e ideológicos frente aos partidos políticos e outras organizações. A defesa da autonomia como um princípio organizativo do feminismo não implicava em uma prática defensiva ou isolacionista que impedisse a articulação com outros movimentos sociais que compartilhassem identidades, apenas a definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias.

Os anos oitenta trouxeram novos dilemas ao movimento feminista. O avanço do movimento fez do eleitorado feminino um alvo do interesse partidário e de seus candidatos, que começaram a incorporar as demandas das

mulheres aos seus programas e plataformas eleitorais, a criar Departamentos Femininos dentro das suas estruturas partidárias. Até o principal partido da direita, o PDS, criou seu Comitê Feminino.

Até então a perspectiva de relação com o Estado no projeto de transformação feminista não se havia colocado. A eleição de partidos políticos de oposição para alguns governos estaduais e municipais forçou as feministas a repensarem sua posição frente ao Estado na medida em que a possibilidade de avançar em termos de política feminista era uma realidade. Nos dois primeiros anos (1980-82) as velhas divisões políticas e partidárias voltaram a cena. A vitória do PMDB para o governo de São Paulo garantiu a criação do primeiro mecanismo de estado no Brasil voltado para a implementação de políticas para mulheres, o Conselho Estadual da Condição Feminina, criado em abril de 1983.

A atuação do feminismo a nível institucional, isto é, na relação com o estado, nesse e em outros momentos, não foi um processo fácil de ser assimilado no interior de movimento. A participação nos conselhos e, em especial, no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), foi uma questão polêmica que incitou os ânimos no VII Encontro Nacional Feminista, realizado em 1985, em Belo Horizonte. A perspectiva de atuar no âmbito do estado representava para muitas mulheres, uma brecha na luta pela autonomia do movimento feminista.

Porém, as feministas não podiam deixar de reconhecer a capacidade do estado moderno para influenciar a sociedade como um todo, não só de forma coercitiva com medidas punitivas, mas através das leis, de políticas sociais e econômicas, de ações de bem estar, de mecanismos reguladores da cultura e comunicação públicas, portanto um aliado fundamental na transformação da condição feminina (Molyneux. 2003:68)

Também não poderiam deixar de reconhecer os limites da política feminista no sentido da mudança de mentalidades sem acesso a mecanismos mais amplos de comunicação e tendo que enfrentar a resistência constante de um aparelho patriarcal como o Estado. Caberia, ao feminismo, enquanto um movimento social organizado, articulado com outros setores da sociedade brasileira, pressionar, fiscalizar e buscar influenciar esse aparelho, através dos

seus diversos organismos, para a definição de metas sociais adequadas aos interesses femininos e o desenvolvimento de políticas sociais que garantissem a equidade de gênero.

E é exatamente essa perspectiva que norteará a atuação do movimento em relação ao CNDM, criado a partir de uma articulação entre as feministas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o presidente Tancredo Neves no processo de transição. Graças a atuação direta de algumas feministas nas esferas de decisão e planejamento, logo o CNDM de fato se transformou em um organismo estatal responsável de elaborar e propor políticas especiais para as mulheres, e, contrariando o temor de muitas feministas, se destacou na luta pelo fortalecimento e respeito à autonomia do movimento de mulheres, o que lhe garantiu o reconhecimento de toda a sociedade.

No período da Assembléia Nacional Constituinte, conjuntamente com o movimento feminista autônomo e outras organizações do movimento de mulheres de todo o país, o CNDM conduziu a campanha nacional **“Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”** com o objetivo de articular as demandas das mulheres. Foram realizados eventos em todo o país e posteriormente as propostas regionais foram sistematizadas em um encontro nacional com a participação de duas mil mulheres. Estas demandas foram apresentadas a sociedade civil e aos constituintes através da *“Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte”*.

Através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificado na imprensa como o **“lobby do batom”**, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada *“bancada feminina”*. Atuando como um verdadeiro *“bloco de gênero”*, as deputadas constituintes, independente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram em bloco, a maioria das propostas de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento.

Essa articulação do CNDM, movimento feminista e bancada feminina, através do “lobby do batom” representou uma quebra nos tradicionais modelos de representação vigentes até então no país, na medida em que o próprio movimento defendeu e articulou seus interesses no espaço legislativo sem a intermediação dos partidos políticos. Celi Pinto explicita muito bem esse quadro ao afirmar:

“A presença constante das feministas no cenário da Constituinte e a conseqüente ‘conversão’ da bancada feminina apontam para formas de participação distintas da exercida pelo voto, formas estas que não podem ser ignoradas e que talvez constituam a forma mais acessível de participação política das feministas. Este tipo de ação política, própria dos movimentos sociais, não passa pela representação. Constitui-se em pressão organizada, tem tido retornos significativos em momentos de mobilização e pode ser entendida como uma resposta à falência do sistema partidário como espaço de participação” (Pinto. 1994:265) [4].

A década de noventa se inicia em uma situação de fragilidade dos organismos de governo para mulheres, bloqueados pelo clima conservador dominante no estado e o descrédito no movimento autônomo. Os conselhos existentes trabalhavam em condições precárias, isolados do movimento e desprestigiados no âmbito governamental. Algumas feministas, muitas delas funcionárias desses organismos nos anos 80, criam organizações não governamentais, as chamadas “ONGs feministas”, que passam a assumir de forma especializada e profissionalizada a pressão junto ao Estado, buscando influenciar nas políticas públicas. Multiplicaram-se as várias modalidades de organizações e identidades feministas.

As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a auto-identificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas de mulheres negras seguem crescendo e ampliando a agenda política feminista e os parâmetros da própria

luta feminista. Esse crescimento do feminismo popular trás como consequência fundamental, a diluição das barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo. Essa diversidade que assumiu o feminismo brasileiro esteve muito presente nos preparativos da Quarta Conferencia Mundial sobre a Mulher realizada em setembro de 1995 em Beijing/China, ao incorporar amplos setores do movimento de mulheres.

O processo preparatório para Beijing trouxe novas energias ao movimento feminista brasileiro, estimulou o surgimento de novas articulações locais, novos grupos ou setores/departamentos em entidades de classe etc. Foram realizados eventos em 25 dos 26 estados brasileiros, envolvendo mais de 800 organizações de mulheres e cerca de 4000 representantes estaduais.

No campo estatal essa articulação conseguiu avanços importantíssimos. A revelia do CNDM, nesse momento em mãos de setores conservadores, as feministas conseguiram, através de importante atuação junto ao Ministério de Relações Exteriores, órgão responsável pela elaboração do informe do governo brasileiro, estabelecer por primeira vez na historia do país uma dinâmica de participação e consulta ampla na elaboração do documento oficial. Para tanto, o MRE criou um grupo de trabalho com destacadas feministas acadêmicas responsáveis pela elaboração do informe e integrou dezenas de militantes através dos seminários temáticos de discussão, onde muitas das recomendações apresentadas pelo movimento foram incorporadas ao documento oficial. Essa articulação não só garantiu a apresentação por parte do governo brasileiro de um documento representativo, mas também a aprovação da Plataforma de Beijing pelo governo brasileiro, sem ressalvas e em especial, a partir daí, uma melhor assimilação das demandas das mulheres por parte dos organismos do governo federal.

A herança do processo de Beijing foi fundamental nos anos seguintes para a manutenção e ampliação do movimento, no Brasil e nos outros países latino-americanos, onde todas as atividades políticas e organizativas estiveram voltadas para a conquista de políticas publicas, a ampliação das ações afirmativas, o aprimoramento da legislação de proteção a mulher e a avaliação e monitoramento da implantação dessas políticas e dos

acordos firmados no campo internacional pelos governos locais, portanto com constante interlocução e articulação com o Estado.

Alem desse avanço em termos de mobilização e organização, o processo de Beijing representou para o movimento feminista brasileiro um aprofundamento maior da articulação com o feminismo latino-americano em termos de atuação conjunta. Apesar de ser a primeira vez que as mulheres latino-americanas participaram em uma reunião cumbre mundial com uma rede regional organizada e integrada, a experiência do feminismo latino-americano, desde seu início, é de vivência de uma dinâmica transnacional, através de redes formais e informais, e em especial através dos Encontros Feministas Latino-americanos e do Caribe realizados desde 1981, inicialmente a cada dois anos e posteriormente a cada três anos. Nestes encontros se expressam os avanços feministas, os conflitos, novos dilemas, novas perspectivas, as trocas de experiência.

Em 2000 na perspectiva da proximidade das eleições presidenciais, alguns setores do feminismo brasileiro começam a tomar consciência da necessidade de uma atuação conjunta e articulada no sentido de garantir um compromisso por parte dos candidatos com as demandas das mulheres. Essa proposta toma corpo por ocasião do II fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em fins de janeiro de 2002 com a adesão de varias organizações e redes feministas. Entre março e maio daquele ano foram realizadas 26 Conferencias Estaduais. Mais de 5.000 ativistas dos movimentos de mulheres de todo o país participaram dos debates com o objetivo de construir uma **Plataforma Política Feminista**. Em junho foi realizada em Brasília a **Conferencia Nacional de Mulheres Brasileiras** com a participação de 2000 mulheres delegadas das conferencias estaduais e representantes das redes nacionais.

Paralelamente (e articulado) a esse processo de construção da Plataforma Política Feminista algumas ONGs feministas, coordenadas pela AGENDE e CLADEM/Brasil desenvolviam um processo de monitoramento da ratificação do Protocolo Facultativo^[5] da *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher*, a CEDAW, pelo governo brasileiro, como parte da Campanha Mundial.

Atendendo a uma prática do Comitê CEDAW, o movimento, através de uma ação coordenada pelas duas ONGs, pontos focais da Campanha no Brasil, envolvendo 13 redes nacionais que englobam e mais de 400 entidades, elaboram o Relatório Alternativo com o objetivo de subsidiar o novo governo. Graças à contribuição do relatório alternativo e da atuação direta de representantes das redes participantes durante a **29a. SESSÃO DO COMITÊ CEDAW**, realizado em julho de 2003, o referido Comitê apresentou uma série de recomendações ao governo brasileiro no cumprimento da convenção.

Foi esse entendimento que levou recentemente o movimento de mulheres brasileiro, e como parte dele o movimento feminista, a responder positivamente a convocatória governamental, através da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, para a realização da *I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres*, em julho de 2004, com o objetivo de definir diretrizes para a fundamentação do Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

Calcula-se que aproximadamente 500 mil mulheres participaram em todo o processo nos âmbitos municipais, estaduais e federal. 14.050 mulheres participaram na qualidade de delegadas nas 27 Conferências estaduais realizadas no país durante os meses de maio e junho, das quais 2000 foram indicadas como delegadas a *I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres*, realizada em 14 e 15 de julho.

A título de conclusão

O movimento feminista brasileiro, enquanto um “novo” movimento social, extrapolou os limites do seu status e do próprio conceito. Foi mais além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos. Entrou no Estado, interagiu com ele e ao mesmo tempo conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios, etc) elaborou e executou políticas. No espaço do movimento, reivindica, propõe, pressiona, monitora a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estão sendo atendidas.

O resultado da *I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres* é a demonstração da força, da capacidade de mobilização e articulação de novas

alianças em torno de propostas transformadoras, não só da condição feminina, mas de toda a sociedade brasileira.

Até chegar aí foi um longo e muitas vezes tortuoso caminho de mudanças, dilemas, enfrentamentos, ajustes, derrotas e também vitórias. O feminismo enfrentou o autoritarismo da ditadura militar construindo novos espaços públicos democráticos ao mesmo tempo em que se rebelava contra o autoritarismo patriarcal presente na família, na escola, nos espaços de trabalho, também no Estado; descobriu que não era impossível manter a autonomia ideológica e organizativa e interagir com os partidos políticos, com os sindicatos, com outros movimentos sociais, com o Estado e até mesmo com organismos supranacionais, rompeu fronteiras, criando novos espaços de interlocução e atuação em especial, possibilitando o florescer de novas práticas, novas iniciativas e identidades feministas.

Mas esse não é o ponto final do movimento, a cada vitória surgem novas demandas e novos enfrentamentos. O feminismo está longe de ser um consenso na sociedade brasileira, a implantação de políticas especiais para mulheres enfrentam ainda hoje resistências culturais e políticas.

Analisar, entender e em especial dar respostas a estas resistências é um desafio que o movimento feminista brasileiro continuará ainda enfrentando.

Bibliografia

AGENDE. *Boletim Eletrônico* Nº 01/2003 (*Os direitos das mulheres não são facultativos*). Brasília: 28 de Março de 2003a

ÁLVAREZ, Sonia. *Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics*. Princeton: Princeton University Press. 1990;

ÁLVAREZ, Sonia. *La (trans)formación del (los) feminismo(s) y la política de género en la democratización del Brasil*. In. LEON, Magdalena (org). *Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo. 1994;

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia & feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1980.

CONFERENCIA NACIONAL DE MULHERES BRASILEIRAS. *Plataforma Política Feminista*. Brasília: junho de 2002b

COSTA PINHEIRO, Ana Alice. *Avances y definiciones del movimiento feminista en Brasil*. (Tese de mestrado em Sociologia). México: FCPyS/UNAM. 1981

COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecilia Maria. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In. BRANDÃO, Maria Luiza e BINGEMER, Maria Clara (org). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994 a.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecilia M B. A institucionalização dos estudos feministas dentro das Universidades. *Teoria e práxis feminista na Acadêmica: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras*. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. especial, p. 387-400, 1994 b.

FIGUEIREDO, Mariza. *A evolução do feminismo no Brasil*. *Seminário: O Feminismo no Brasil: Reflexões teóricas y perspectivas*. Salvador: NEIM/UFBa, 1988.

MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina. Un estudio teórico comparado*. Madrid: Catedra/Universidad de Valencia. 2003;

PINTO, Celi Jardim. Participação (representação?). Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In. SAFFIOTI, Heleieth e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org) *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS e Brasília: UNICEF, 1994.

SOARES, Vera; COSTA, Ana Alice Alcantara; BUARQUE, Cristina; SANTANA, Wania; DORA, Denise Dourado. Brazilian feminism and women's movement. Two-way street. In: BASU, Amrita. (Org.). *Fite challenge of local feminisms. Women's movements in global perspective*. Boulder, Colorado, 1995, v. 1, p. 302-323.

SOARES. Vera. Movimento feminista. Paradigmas e desafios. *Estudos Feministas*. Ano 2, 2º Semestre. Rio de Janeiro. 1994

STERNBACH, Nancy Saporta, ARANGUREN, Marysa Navarro, CHUCHRYK, Patricia e Álvarez, Sonia E. *Feminismo en América Latina: de Bogotá a San*

Bernardo. In. LEON, Magdalena (org. *Mujeres y participación política. Avances y desafíos en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo. 1994

Notas

[1] Este texto foi escrito durante meu estágio pós-doutoral no Instituto Universitario de Estudios de la Mujer da Universidad Autonoma de Madrid, com bolsa de estudos proporcionada pela CAPES, em 2004.

[2] O Movimento Feminino pela Anistia foi criado em 1975 sob a liderança de Terezinha Zerbini, com o objetivo de articular as lutas e mobilizações em defesa dos presos políticos, pelo retorno dos banidos, por uma anistia ampla geral e irrestrita. O MFA foi a primeira estruturação pública e oficial de questionamento da ditadura militar.

[3] Sobre o movimento feminista e suas formas de articulação ver: COSTA (1981), FIGUEIREDO(1988), ALVES (1980), ALVAREZ (1994), SOARES (1994): SOARES et al (1995). Para uma visão do feminismo no campo acadêmico ver COSTA e SARDENBERG (1994b).

[4] Essa se tornou uma prática corrente no movimento feminista na sua relação com o Congresso Nacional. Todas as ações aí conduzidas em termos de aprimoramento legislativo, são apresentadas de forma suprapartidária. A ação do CFEMEA, uma ONG criada em inícios dos anos 90, com o fim específico de encaminhar as demandas do movimento no âmbito do Congresso, tem se pautado por essa prática, todas as propostas encaminhadas pelo movimento são apresentadas geralmente pela bancada feminina ou eventualmente por mais de uma deputada ou deputado de partidos distintos.

[5] O Protocolo Facultativo adotado pela organização das nações Unidas em 1999, e aberto à adoção para todos os países que já fossem parte da Convenção, entrou em vigor internacionalmente em dezembro de 2000. O

Brasil é parte da Convenção desde 1984. Assinou o Protocolo em 13 de março de 2001 e o ratificou em 28 de junho de 2002. (Agende. 2003).

Nota biográfica:

Ana Alice Alcantara Costa

Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia, pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM/UFBa, coordenadora executiva da Rede Regional Norte e Nordeste de Estudos sobre a Mulher e relações de Gênero –REDOR, militante feminista desde os anos 70. Doutora em Sociologia Política pela Universidade Nacional Autônoma do México, autora de diversos artigos sobre feminismo, mulheres no poder, políticas públicas e desenvolvimento